

LUTAS E ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM 68, APESAR DA DITADURA

Luiz Momesso*

Resumo: Este texto trata do movimento sindical em 1968. Ele discute como o mesmo se estruturou a despeito da intensa repressão existente a partir do Golpe de 64. Formando pequenos grupos nas fábricas, estes trabalhadores faziam oposição ao sindicalismo oficial e realizaram importantes lutas. Algumas categorias chegaram a organizar greves que tiveram grande significado para as esquerdas no período. O movimento sindical que ganha o cenário na década de 80, portanto, não surge espontaneamente, em 1978, como se tivesse brotado do nada.

Palavras-chave: movimento sindical, greves, luta política.

Abstract: This article is about the '68 trade union movement. It discusses how it was able to structure itself despite the intense repression that took place after 64's Coup. Forming small factory groups, these workers made opposition to the official unionism and organized important fights. Some of them organized strikes that had an important meaning to the leftists at the time. The trade union movement that emerges in the 80's, therefore, hasn't come out of nowhere.

Key words: trade union, strikes, political fight.

Uma abordagem sobre o movimento sindical no Brasil em 1968
supõe um breve exame dos antecedentes mais próximos.

* Professor de Comunicação Social da UFPE.

As correntes sindicais que se configuraram no período anterior a 64 podem ser divididas, de forma geral, em três. O chamado sindicalismo vermelho, que aglutinava várias tendências, cuja corrente principal tinha forte influência dos comunistas vinculados ao PCB e dos nacionalistas vinculados principalmente ao PTB. Os vermelhos já constituíam o núcleo mais atuante presente na direção de grande parte dos sindicatos. Os amarelos, chamados de pelegos, vinculados ao Ministério do Trabalho, que chegaram a constituir a força sindical mais expressiva, patrocinados por Getúlio Vargas, mas que vinham perdendo terreno com o avanço dos vermelhos. Havia ainda uma corrente cuja principal característica era o anticomunismo. Compunha-se principalmente de elementos da igreja católica, que defendiam os interesses dos trabalhadores nos marcos da colaboração de classes.

A luta dos trabalhadores era intensa por todos os lados, marcada pelas características populistas do PCB que, porém, não eram assimiladas automaticamente por todos os seus militantes. As lutas às vezes adquiriam feições radicais, inclusive ocorrendo uso de armas em diversos lugares no campo, onde eram organizadas ocupações de terra com características de resistência armada. Eram criadas estruturas horizontais, independentes das oficiais. O crescimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) incomodava as classes dominantes e era um dos ingredientes mais destacados para a acusação do avanço do comunismo no Brasil.

Mas a orientação dominante estava moldada pelo populismo, em que líderes reconhecidos convocavam os trabalhadores e se formavam grandes piquetes fora das fábricas para garantir as greves e mobilizações. A organização dos trabalhadores por dentro das fábricas estava enfraquecida.

Logo após o golpe desencadeou-se violenta repressão contra as organizações populares e entidades de massa. As primeiras visadas foram as organizações coordenadoras de trabalhadores, de estrutura horizontal e não reconhecidas legalmente: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Frente de Mobilização Popular (FMP), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), as Comissões Permanentes das Organizações Sindicais (CPOS). Os sindicatos mais ativos foram depredados, fechados e colocados sob intervenção, principalmente no Sudeste e Nordeste.

Na zona agrária foram atingidos sindicatos rurais, ligas camponesas, escolas do Movimento de Educação de Base (MEB), dirigidas pela chamada igreja progressista, com participação de organizações de esquerda como a Ação Popular. Entre 64 e 68 os dados oficiais apontam intervenção em 965 sindicatos no Brasil¹. O terror oficial que se estabeleceu tinha como um de seus propósitos amedrontar os trabalhadores para desestimular qualquer tentativa de resistência ou de reorganização.

Nas intervenções nos sindicatos, os motivos alegados eram a subversão e malversação de fundos das entidades. A denúncia mais comum era de emprego dos recursos na subversão, considerada como tal qualquer aplicação de dinheiro em atividades que contribuíssem para a conscientização dos trabalhadores, como alfabetização pelo chamado método Paulo Freire.

Presos os principais líderes, as entidades ficaram acéfalas e impotentes. Sem nenhuma orientação própria, sem as organizações que articulavam o movimento sindical, sem uma presença mais atuante das esquerdas, ainda que reformistas e sem o Ministério do Trabalho, os sindicatos ficaram sob controle dos golpistas, que, através do mesmo Ministério, passaram a nomear elementos de sua confiança para reorganizá-los dentro do espírito de colaboração de classe, previsto na legislação que, basicamente, não fora modificada.

Diferentemente da burguesia nacional, que procurava mobilizar os trabalhadores sob sua direção porque precisava de seu apoio, os golpistas queriam transformar os sindicatos em instrumentos de passivização, com práticas assistencialistas, tornando-os desmobilizadores, ocupados em resolver apenas as questões trabalhistas do dia-a-dia. Precisavam de novos dirigentes que não se ocupassem de questões políticas, mas de administração eficiente, reorganização, ampliação e aperfeiçoamento da infra-estrutura de assistência, e desenvolvessem novo quadro de sócios, interessados nesses benefícios. Mas que também mantivessem a condição de interlocutores na solução dos conflitos trabalhistas, inevitáveis.

Para interventores foram aproveitados elementos da corrente dos renovadores, grande parte proveniente da igreja católica, dos círculos de

operários cristãos e membros das chapas de oposição ao sindicalismo vermelho, de antes de 64.

As direções populistas dos sindicatos foram facilmente controladas porque suas bases para mobilizações eram de fora das fábricas. Os interventores, porém, ficaram sem essas bases e não herdaram outra forma de organização. O que havia de organizado ou atuante dentro das fábricas não ficou como herança para os interventores. A saída que lhes aparecia era o assistencialismo, que permitia construir uma base sindical imobilista e desinteressada em relação à entidade.

A partir de 1964 a Justiça do Trabalho perdeu sua capacidade normativa. Com a supressão da negociação direta entre empregadores e empregados, sua ação se reduzia praticamente a sancionar os índices de reajustes fixados pelo governo, cumprindo funções burocráticas. Anteriormente o governo decretava o mínimo. O restante ficava por conta das negociações. A partir do golpe, pela lei 4.725 de 1965, a intervenção do Estado nas negociações era assegurada por três anos. Pela lei 5.451, de Costa e Silva, tornou-se permanente². Aos sindicatos não sobrava margem de negociação, uma vez que os índices de reajuste eram definidos pelo governo, através de um sistema de cálculos não muito claro e que não permitia seu controle pelas entidades trabalhistas. Uma vez definido o índice do governo, tanto a Justiça do Trabalho como os sindicatos deveriam cuidar de seu cumprimento.

Com a lei de greve e a ameaça sempre presente da repressão, os sindicatos se imobilizaram. Em 1965, o Departamento Nacional do Trabalho enviou circular esclarecendo a proibição de propaganda política partidária nos sindicatos. Tornavam-se mais explícitas as preocupações do governo em relação às entidades de classe. O sindicato dos metalúrgicos da capital paulista, por exemplo, que teve cerca de 1.800 sócios perseguidos, muitos presos, outros acusados de comunistas ou de terem vínculos com eles, passou a ter dificuldades de encontrar lideranças para concorrer às eleições da categoria. O resultado desta situação foi um esvaziamento geral das entidades, que se expressava principalmente pelas assembleias vazias, contrastando com a realidade anterior ao golpe. Para conseguir realizar o processo eleitoral, os novos dirigentes indicavam sindicalistas que não foram perseguidos e se uniam formando chapa única, em alguns casos com o propósito de defender os

direitos dos trabalhadores, mas sem entrar em conflito com a ditadura.

Com a implantação da política que os trabalhadores chamavam de arrocho salarial, nos anos de 1965 e 1966, através de decretos, as normas de reajustes foram determinadas, devendo-se permanecer nos índices fixados pelo governo. Começou a crescer a diferenciação de nível salarial. Enquanto uma faixa grande de trabalhadores perdia salário real, outra faixa restrita recebia aumentos reais e engrossava o mercado consumidor de produtos, em sua maioria de multinacionais. Em 1965, cumprindo todos os rituais legais, os metalúrgicos da São Paulo declararam greve por 100% de reajuste e obtiveram 80%. Os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos também declararam greve e houve certa animação nos sindicatos. Apesar da manutenção do arrocho oficial, diversas empresas passaram a fazer acordos em separado. Muitos sindicalistas interpretaram que esses fatos estavam relacionados a uma política do governo para legitimar seus interventores nos sindicatos, especialmente porque estava na época de realização de eleições e os interventores deveriam ser conduzidos às direções das entidades. Mas havia o risco de que as greves fossem estimuladas. Para dificultar a pressão dos operários sobre os empresários foram sendo criados mecanismos jurídicos que tornavam praticamente inviável a greve legal. E a greve não legal, neste contexto da ditadura, também não era viável.

Em setembro de 1966 a estabilidade no emprego foi substituída pelo FGTS. A medida provocou significativo debate entre os trabalhadores. O arrocho salarial e o fim da estabilidade estavam relacionados aos interesses da entrada de capital estrangeiro, que exigia maior produtividade. Na ótica dos trabalhadores, isto significava maior exploração. A ditadura tentava convencer os operários de que isso era vantajoso para eles, mas mesmo nos sindicatos mais alinhados ao governo, houve debate e críticas de que os trabalhadores estavam sendo roubados. Porém, só no ano seguinte, conseguiu-se fazer algumas mobilizações mais significativas pela defesa da estabilidade.

Em consequência do arrocho salarial houve queda das vendas e grande crescimento do desemprego em 1965 e 1966, atingindo os setores automobilístico, têxtil, de autopeças, material plástico e elétrico, movelaria, calçados, levando ao fechamento de muitas pequenas e

médias indústrias, cuja produção se voltava para o consumo popular, e ampliando o desemprego.

Os sindicatos foram subordinados, mas não a classe operária, apesar de esta não contar com uma representação sindical nem partidária que possibilitasse uma unidade das suas lutas. As oposições tornaram-se um caminho. Eram estimuladas pelas pequenas organizações de esquerda. Estas, com existências clandestinas, tinham dificuldades para se colocarem formalmente como organizações políticas. As oposições, que tinham caráter legal apesar das perseguições, cumpriam, de certa forma, o papel de contato entre as diferentes organizações, função também desempenhada através das organizações da Ação Católica, que promovia atividades abertas possibilitando a presença de pessoas vinculadas a diferentes organizações. As oposições enfrentaram muitas dificuldades para conquistar as direções das entidades de classe. Eram desmobilizadas pela ação da polícia, que também efetuava prisões das principais lideranças nos períodos que precediam as eleições nas categorias, garantido a continuidade dos interventores.

A propaganda da burguesia e do imperialismo insistia em que a melhoria para os trabalhadores viria com o desenvolvimento econômico, isto é, com o fortalecimento do capital: “fazer o bolo crescer para depois dividir”.

O então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, alertou para a necessidade de “afrouxo salarial” para conter os trabalhadores. Mas não era levado a sério nem pelos EUA nem pelos trabalhadores³.

A partir de 1967 e, principalmente, de 1968, várias oposições foram se organizando, ganhando presença e se preparando para disputar as direções das entidades, coordenando as mobilizações de trabalhadores. Na realidade constituíam-se de grupos muito reduzidos de militantes, mas que com muito trabalho e determinação, iam construindo embriões de comissões nas fábricas, ganhando adesão ou apoio de novos trabalhadores. Agrupavam-se constituindo oposições sindicais, que serviam não somente para disputar as eleições mas davam um caráter de legalidade à militância. Era uma busca de novos caminhos. Estas oposições se tornaram presentes nas assembléias dos sindicatos, enfrentando confrontos com as diretorias e riscos pessoais

por conta da presença de agentes policiais disfarçados em trabalhadores, com o objetivo de identificar os chamados subversivos.

Na medida em que as oposições iam surgindo, começou-se a trabalhar para construir coordenações de oposições, permitindo uma militância mais articulada. Já em 1967 a oposição dos metalúrgicos de Osasco venceu as eleições. Tinha uma composição basicamente de militantes jovens, oriundos da Ação Católica Operária (ACO), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Ação Popular (AP) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A oposição do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo não conseguiu ser eleita. Era o maior sindicato da América Latina, com 300 mil trabalhadores. Uma vitória da esquerda neste sindicato teria uma repercussão muito grande animando o movimento sindical, o que a burguesia não admitia; e sempre conseguiu artifícios para que isso não acontecesse. As eleições, mesmo fraudadas, eram legitimadas pelo Ministério do Trabalho.

Criar comissões de fábrica era prática tradicional no movimento comunista internacional. As mais citadas, que eram apresentadas como exemplos, eram os conselhos de fábrica da Itália logo após a I Guerra Mundial e as comissões de fábrica da Espanha, antes de Franco, estando também muito presentes nas lutas dos operários franceses. No Brasil, as comissões haviam sido eclipsadas pela política populista que invadira o sindicalismo, deslocando as mobilizações para fora da fábrica, através de formação de piquetes. Com a derrocada da política populista, começou-se um esforço para a sua organização.

Com o avanço das lutas pelas reivindicações, as empresas passaram a ter grandes dificuldades nas negociações com os trabalhadores. Os interventores estavam desacreditados diante da militância e não se constituíam em interlocutores para resolver os conflitos trabalhistas. As comissões, por sua vez, não eram oficiais e não se apresentavam como mediadoras, pois seus participantes seriam demitidos. Os interventores estavam desacreditados também pelos Estados Unidos, considerados corruptos, interessados no poder e na continuidade. Eram combatidos pelos trabalhadores por sua imobilidade diante das condições do arrocho, desemprego, perda da estabilidade etc. Tinham a ideologia ajustada à colaboração com a ditadura, mas não tinham competência⁴. Também para as federações e confederações havia falta de quadros sintonizados

com o regime imposto para preencher cargos de direção. A ditadura precisava desmobilizar a classe operária, mas também precisava criar uma alternativa de interlocução. Os interventores não foram competentes para essa segunda função. Havia uma situação contraditória porque precisavam de sindicalistas que representassem os trabalhadores, mas precisavam tê-los sob controle ou que fossem de confiança para eles. Raramente os sindicalistas confiáveis aos trabalhadores estavam representando oficialmente suas categorias.

A ditadura patrocinou um intenso trabalho de formação de novas lideranças com características mais democráticas e de mobilização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações, na linha do sindicalismo dos EUA. Diferentemente dos chamados pelegos, que eram burocratas e imobilistas, praticavam um sindicalismo que foi chamado de autêntico, ou seja, defendiam os direitos dos trabalhadores dentro da lógica do capital, com postura anti-comunista. Organizaram o Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), que realizou inúmeras assembleias, quase sempre muito tumultuadas, com constantes trocas de acusações motivadas pelo conflito com as oposições, de orientação de esquerda, que eram acusadas de minorias radicais, entre as quais se destacava a oposição metalúrgica de São Paulo.

Nos cursos de formação, os sindicalistas se preparavam sob a ótica de obter melhorias, mas não podiam melhorar os salários, o que era o mínimo que os trabalhadores podiam esperar, e o máximo para a doutrina de segurança nacional. Assim, o chamado sindicalismo autêntico, que passou a ter uma presença entre os trabalhadores, era diferente do sindicalismo pelego, mas era atrelado à ditadura, sob orientação dos EUA e não encontrava respaldo na massa por não entrar em conflito com a política imposta. O MIA apresentava as reivindicações, mas criava empecilhos para as propostas de enfrentamento através da organização de diferentes formas de luta.

De 1967 para 1968, as mobilizações ganhavam um ritmo crescente, mesmo com os sindicatos sob direção dos interventores e do chamado sindicalismo autêntico, mesmo com os trabalhadores sendo vítimas da vigilância e da repressão da ditadura, mesmo com a não existência de uma organização partidária de classe que promovesse certa unidade de orientação política para suas lutas, pois o PCB ia se fragmentando em

um grande número de pequenas organizações e perdera sua capacidade de mobilização. Não podendo contar com as diretorias das entidades de classe, as lutas ganhavam certa unidade através das oposições sindicais, cuja organização crescia rapidamente e se multiplicava, quase sempre com orientação de diferentes agrupamentos políticos.

Apesar de que as condições objetivas como o arrocho, o desemprego, a opressão, as injustiças, trouxessem inúmeras dificuldades, havia um clima internacional de esperança de que haveria grandes mudanças. As revoluções chinesa e cubana ainda eram recentes. A guerra do Vietnã apontava para uma derrota dos EUA. Estavam em destaque as lutas de libertação das colônias e a presença de guerrilhas em diversos pontos da América Latina. Grandes mobilizações ocorriam em muitos países, com destaque para a França. Marcelo Ridenti descreve as características deste período:

“... inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade do consumo ...”⁵

No Brasil, a juventude, especialmente a universitária, vinha se destacando na luta contra a ditadura. Congressos, manifestações, protestos e repressão constante com corre-corre nas ruas era o panorama comum em quase todos os centros mais importantes do País.

Diversas das novas organizações de esquerda, que surgiram a partir de grupos divergentes do PCB e outras, como a AP, que surgira da radicalização dos movimentos de Ação Católica e assumira uma linha marxista leninista, depois acrescentando maoísta, buscavam consolidar bases entre os trabalhadores da cidade e do campo. Dada sua origem, a AP contava com apoio de padres e cristãos de esquerda, o que favorecia um crescimento com certa rapidez no movimento operário e nos bairros. Esta organização adotou uma política que chamou de integração na produção e deslocamento de militantes. Compreendendo os limites das forças da pequena burguesia, militantes do movimento estudantil, ou que

por ele tinham passado e outros profissionais ou ex-religiosos mudavam de região e iam trabalhar em fábricas, morar em bairros ou no campo para criar vínculos com as classes trabalhadoras e construir o partido junto a elas, consideradas como classes fundamentais. Tinha como inspiração o Partido Comunista Chinês, que após derrotas na cidade, deslocou seu eixo de lutas para o campo, com a estratégia de realizar o cerco das cidades tendo como força principal o campo. Esta estratégia fora vitoriosa na China e estava derrotando os EUA no Vietnã.

Os “integrados” traziam conhecimento e experiências principalmente do movimento estudantil e a AP crescia no meio das classes trabalhadoras. Mas também geravam uma série de problemas. Era comum manterem seus comportamentos de pequena burguesia, que eram assimilados por operários, ou transformarem-se logo em líderes, chamando a atenção ou promovendo radicalizações sem base para se sustentar. Para combater estes “desvios” era indicada a leitura do Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo, de Lênin.

Essas organizações, a partir de alguns militantes, constituíam grupos (células) dentro das fábricas ou no campo, analisavam as contradições, as insatisfações dos trabalhadores e iam organizando suas reivindicações. Durante os anos de 1967 e, principalmente, 1968, surgiram muitas pequenas mobilizações e greves de curta duração, restritas a seções de fábricas, que não constam nos registros e obras sobre o movimento sindical, pois eram resolvidas entre trabalhadores e patrões, sem intervenção dos sindicatos e que não apareciam na imprensa.

Os grupos de fábricas, que eram reduzidos e clandestinos, como embriões de comissões, desenvolviam inúmeras atividades, sempre com o risco de perda do emprego ou de prisão. Algumas dessas atividades se colocavam no campo da legalidade, como reivindicações de melhorias no trabalho, organização de oposição sindical etc.; outras eram clandestinas, como o “jornalzinho de fábrica”, geralmente com uma ou duas folhas no formato ofício impressas em mimeógrafo, com denúncias da fábrica e informações sobre a luta operária. Os boletins operários eram jogados nas portas das fábricas durante a madrugada, pendurados em arames, varal ou ganchos, colocados nos lugares por onde os operários passavam ao ir para o trabalho. Nos bairros operários,

eram colocados embaixo das portas das casas durante a noite ou introduzidos nas fábricas pelos operários em pequenas quantidades, por dentro da roupa, do capacete ou na marmita. Nas portas de fábrica eram distribuídos nos momentos de pique da entrada dos operários, numa operação que envolvia algumas pessoas na distribuição e outras na segurança, não podendo demorar mais que dez minutos.

Proliferava, assim, uma micro imprensa operária, extremamente artesanal e precária, que refletia a fragmentação da organização sindical de luta, a proliferação de organizações partidárias de cunho socialista, mas que era principalmente a expressão da persistência da luta das classes trabalhadoras, a despeito da ditadura, do controle sobre os sindicatos e da fragmentação das organizações de esquerda. Muitos desses jornais tinham nomes semelhantes aos dos jornais anarquistas do início do século XX: Marreta; Bigorna ...

A partir desses grupos e de outros que haviam sido alijados dos sindicatos pelo golpe, de ex-militantes do PCB que haviam ficado sem organização, de trabalhadores vinculados à Ação Católica, iam se articulando oposições sindicais e ia se construindo o embrião de um novo sindicalismo, com bases dentro das fábricas.

O Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA) de São Paulo, dirigido pelas federações e diretorias de sindicatos, na luta pela preservação da estabilidade no emprego, programou assembléias em São Paulo, Santos, Campinas, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Guarulhos, nas quais ocorreram grandes atritos entre os dirigentes das entidades e os líderes das oposições sindicais, com muitas denúncias e acusações, de um lado, de agentes dos patrões e da ditadura, de outro, de subversivos e comunistas. Dissolveu-se em meio às contradições que não conseguia resolver.

Em 1967 houve passeata de operários em Santo André e, pela primeira vez depois do golpe, houve comemoração do Primeiro de Maio na praça principal desta cidade, com cerca de três mil participantes, predominando operários e estudantes. Esta manifestação foi possível graças ao apoio do bispo da cidade, Dom Jorge Marcos de Oliveira. Contou com a presença de Geraldo Vandré, que cantou a música Aroeira, então ainda não gravada, provocando grande animação, principalmente com o refrão “É a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou

dar”, persistindo a insistência de “bis” depois de havê-la cantado três vezes.

Em 1968, o movimento operário continuava a crescer e ensaiar lutas de maior porte, apesar da intensa repressão e ausência de liberdade para sua atuação. As pequenas greves localizadas e de curta duração em muitos casos eram evitadas porque provocavam demissão dos líderes e desorganização do trabalho político, ainda muito frágil. Os dados correntes apontam a realização de 25 greves em 1965, 15 em 1966, uma em 1967 e em 1968, 25 greves. Entre as mais importantes estão a greve na Ford-Willys e na Volkswagen, em maio de 68, motivadas pelo clima de insatisfação por questões salariais. Tiveram influências do PCB – mais moderadas –, e da AP – mais radicais. Porém as que chamaram mais a atenção foram as greves de Contagem, MG, em abril e a de Osasco, SP, em julho.

A greve dos metalúrgicos de Contagem, em 16 de abril de 1968, foi organizada a partir de dentro da fábrica, envolveu 15 mil trabalhadores e teve duração de uma semana. Manteve os diretores como reféns e obteve vitória parcial, conseguindo 10% de abono. Em junho o abono de emergência foi generalizado⁶.

A greve de Osasco, em 16 de julho de 1968, começou pela Cobrasma, com a paralisação de 6.000 operários por seis dias e se ampliou para outros setores. Partiu de dentro da fábrica pela atuação da comissão constituída com diversas influências de diferentes organizações de esquerda – Aliança Nacional Libertadora (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Popular (AP) e de operários da chamada igreja progressista. Prendeu na fábrica 16 diretores e engenheiros colocando, como condição para libertá-los, o reajuste de 35%. Embora a diretoria do sindicato estivesse envolvida na sua preparação, a participação do sindicato era negada na tentativa de evitar a intervenção. Um forte aparato do exército ocupou a cidade. A repressão entrou nas fábricas, invadiu o sindicato, prendeu sua direção e mais de 500 grevistas, levando a greve ao seu final em poucos dias⁷. Durante a greve houve um significativo trabalho de apoio das oposições dos sindicatos de outras cidades. O clima na classe operária era de crescimento das lutas e da organização, destacando a importância das comissões de fábricas.

No Primeiro de Maio de 1968 os sindicatos integrantes do MIA organizaram uma grande comemoração na Praça da Sé, em São Paulo, mobilizando recursos para trazer os trabalhadores. No palanque, junto com os diretores de sindicatos e federações, estavam o governador biônico de São Paulo, Abreu Sodré, o cardeal dom Agnelo Rossi, de linha conservadora, e outras autoridades. Havia uma expectativa em setores da sociedade, incluindo parte da direita, de abertura de eleições e de um final próximo do regime ditatorial. A militância sindical de esquerda veio preparada para tomar o palanque e assumir a direção da comemoração. Muitos operários presentes estavam munidos de paus, que também cumpriam a função de “pirulitos”, com uma cartolina pregada na parte superior na qual estavam escritas palavras de ordem ou reivindicações e que poderiam ser transformados em armas de defesa, se necessário. Em clima tenso, o governador foi o primeiro orador. Iniciou seu discurso com uma frase provocadora, única que conseguiu pronunciar. Foi a chama na pólvora. “Falo aos trabalhadores que trabalham e aos estudantes que estudam”. Após as vaias repetiu a frase. Sob nova onda de vaias, o som foi interrompido e uma chuva de paus e pedras caiu sobre o palanque. Recebendo uma pedrada na testa, o governador, juntamente com o cardeal e os dirigentes sindicais, buscaram refúgio na catedral da Sé e na sede do sindicato dos metalúrgicos, bem próximo, escoltados pela polícia. As oposições assumiram o comando da comemoração, que ocorreu sem grandes incidentes. Em seguida o palanque foi queimado e foi realizada uma passeata até a Praça da República onde, após novos discursos, a massa de cerca de dez mil pessoas se dispersou. Apenas foram presas algumas pessoas que permaneceram na Praça da Sé, após o comício. A revista *Veja* e *O Metalúrgico*, jornal dos metalúrgicos de São Paulo, esmeraram-se nas críticas ao acontecimento⁸.

Durante a comemoração e a passeata, duas palavras de ordem se confrontavam: “o povo organizado derruba a ditadura” e “o povo armado derruba a ditadura”. Era a demonstração de que uma parte das organizações de esquerda caminhava para a radicalização, em resposta às condições impostas pela ditadura. Esta radicalização aparecia também nas atividades grevistas. Apesar da repressão intensa, as lutas cresciam em quase todos os setores, principalmente no estudantil, operário e camponês. Mesmo com a debilidade e limite das organizações, já

havia ocorrido conflitos armados no Maranhão (Vale do Pindaré) e em outros lugares; algumas organizações estavam se preparando para a resistência armada.

Com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 68, tornou-se praticamente inviável desenvolver atividades políticas ou reivindicatórias. A violência da repressão superou a de qualquer outro período da história do Brasil, com métodos de repressão sofisticados e utilização da chamada tortura científica, que buscava provocar o máximo de sofrimento sem que a pessoa sucumbisse, evitando deixar marcas físicas duradouras, contando, com frequência, com um médico que acompanhava a tortura, além de providenciar laudos inverídicos quando ocorressem mortes. A vigilância tornou-se intensa. Só era possível realizar pequenas reuniões, utilizando disfarces como almoço, festa, encontros, para os quais as pessoas iam aos pares, como se fossem casais ou namorados. As oposições sindicais tornaram-se quase que inviáveis e muitos trabalhadores militantes, quando não foram presos, tiveram que se deslocar para outras regiões ou sair do País.

Embora essa questão já estivesse colocada, viveu-se, a partir de então, uma época em que quase todas as organizações de esquerda passaram a achar que a luta armada tornava-se a única forma de resistência. Começou-se a priorizar a preparação da organização de guerrilhas. Alguns militantes operários foram deslocados para estas atividades. Grande parte das organizações de esquerda deixaram para segundo plano as lutas operárias. Algumas organizações optaram por se “fingir de morto”, suspendendo suas atividades “até que as coisas melhorassem”. O sindicalismo ficou praticamente por conta dos pelegos e traidores da classe. Apesar de tudo, persistiam os trabalhos de conscientização e organização dos trabalhadores em igrejas, nos bairros, associações de moradores, mesmo com os limites da intensa repressão, mantendo-se um esforço de organizar os trabalhadores em seus locais de moradia.

As esquerdas revolucionárias, ou que assim se julgavam, passaram a colocar a luta armada na ordem do dia, como o caminho pelo qual se processaria a revolução brasileira, já que de outra forma a luta política tornava-se quase impossível. Apesar de poucos operários terem se decidido, individualmente, por este caminho, a atuação sindical

ficou relegada a um plano secundário. Assim sendo, as diretorias dos sindicatos passaram a ser menos molestadas.

A perspectiva de luta armada durou poucos anos. Os grupos guerrilheiros foram reprimidos com muita violência, sendo eliminados principalmente os integrantes de suas direções. Já em meados da década de 70 a organização das lutas sociais ganhava força, com o surgimento de inúmeros movimentos que começaram a se expressar, com destaque para a luta pela anistia, de âmbito nacional, o Movimento Contra a Carestia, que fez um abaixo-assinado com mais de um milhão e cem mil assinaturas destinadas ao Presidente da República e, em 1978, realizou uma assembléia na Praça da Sé que, segundo a imprensa, tinha 30 mil pessoas. Também foram se estruturando o movimento feminista, o movimento negro etc. As lutas operárias não deixaram de existir, mas o máximo que se conseguia fazer eram as chamadas operações-tartaruga, buscando-se, com a diminuição da produção, pressionar os patrões a conceder aumentos salariais. As oposições sindicais insistiam na sua atuação, mas neste período, com muito mais dificuldades.

Nesta época proliferaram teorias que destacavam o papel dos bairros, onde o trabalhador tem um nome, um endereço, é conhecido, em detrimento da fábrica, onde é chamado por um apelido, tem um número, é apenas mais um na linha de produção. Isto coincide com o período em que as igrejas, que se organizam basicamente a partir dos bairros, sendo também atingidas pela repressão (cuja violência passou a atacar padres, pastores e bispos), passaram a se constituir em um dos poucos espaços para o trabalho de organização e conscientização do povo.

Só a partir dos meados da década de 70 é que as oposições começaram novamente a ter alguma expressão. Surgiam com base nas organizações internas que estavam sendo construídas a partir dos locais de trabalho. Embora muitas vezes não fossem além de alguns militantes, estas organizações acumulavam as experiências de luta que vinham sendo construídas desde o início da ditadura. Pode-se dizer que a presença que o movimento sindical conquistou na década de 80 foi o resultado de um trabalho persistente e da experiência acumulada em todo o período da ditadura, com destaque para o ano de 1968. Se desde a implantação da ditadura até 1968 foi o movimento estudantil que

colocou em evidência as bandeiras políticas da luta do povo brasileiro, certamente o que mais incomodava a ditadura e o imperialismo dos EUA era o avanço das lutas dos trabalhadores e a certeza de que poderiam perder o controle sobre eles e o movimento sindical, com reflexos no futuro político do País. A violência que se implantou com o AI-5 retardou por dez anos o movimento sindical, que, em 1968, apresentava tendência de maior radicalidade.

Notas

¹ ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993. p. 73.

² ALVES, op. cit. p. 74.

³ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 239.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança In FERREIRA, J e DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 153.

⁶ VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 207.

⁷ ALVES. op. cit. p. 81.

⁸ O autor teve participação ativa neste episódio. Em 68 integrava a oposição sindical dos metalúrgicos de São Caetano, SP. É anistiado político na função de eletricitista de manutenção.